

REPÚBLICA E EDUCAÇÃO EM ESTEVÃO DE OLIVEIRA

Carla Simone Chamon*
Matheus Cruz e Zica**

Resumo: Este artigo trata da trajetória de Estevão de Oliveira (1853-1926) – escritor, professor, inspetor técnico de ensino e jornalista em Minas Gerais, buscando colocar em relevo a sua atuação e as suas idéias no campo educacional nos primeiros anos do século XX. Nosso objetivo é explicitar e compreender o lugar da educação nos projetos de república desse intelectual, bem como a importância de suas propostas para a instrução primária e normal para o Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: intelectuais, república, educação, reforma do ensino

A política de organização dos grupos escolares em Minas Gerais, bem como as reformas de instrução empreendidas nesse Estado nas duas primeiras décadas do regime republicano¹ podem ser entendidas como um esforço de modernização e racionalização desse ramo da administração pública. Perpassava o discurso republicano a idéia da necessidade de integração do povo à ordem política e social que se instaurava e a idéia da escola como o lugar privilegiado dessa integração. Mas, certamente, isso não se faria com a escola do império, representada pelos republicanos como uma escola excludente, cheia de “vícios” e marcada pelo atraso. Era necessário reinventar a escola com vistas a “tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos culturais), pretendidos pelas elites mineiras” (FARIA FILHO, 2000, p. 31) nessa nova sociedade que se instaurava.

Ao lado dessa tentativa de controle e homogeneização social havia também, a mover o governo mineiro, as pesadas críticas que alguns sujeitos,

ligados direta ou indiretamente ao campo educacional e ao partido republicano, vinham tecendo sobre o estado da instrução em Minas. Em 1903, o secretário do interior Delfim Moreira, logo no início do seu relatório, desabafava: “Neste terreno, o trabalho dos críticos tem sido devastador” (RELATÓRIO da Secretaria do Interior, 1903, p. 05).

Um desses críticos era Estevão de Oliveira, professor, escritor, jornalista e inspetor técnico de ensino em Minas Gerais, em fins do século XIX e início do XX. Não é sem propósito imaginar que ao falar das críticas devastadoras que esse ramo da administração vinha sofrendo, Delfim Moreira estivesse pensando mesmo em Estevão, conhecido à época como polemista ardoroso e implacável. Tido por seus contemporâneos como um sujeito que soube “aplicar o ferro em brasa às úlceras desta sociedade” (BARRETO, 1926, p. 273), Estevão empregou sua pena, entre outras coisas, para tecer duras críticas ao estado em que se encontrava as escolas e a instrução pública em Minas, seja nos artigos que escre-

* Professora do CEFET/MG (carlachamon@terra.com.br)

** Mestrando em educação da FAE/UFMG (oparael@yahoo.com.br).

veu para os jornais *Minas Livre*, *Correio de Minas* e *Jornal do Comércio*, todos de Juiz de Fora, seja nos relatórios produzidos no exercício da função de inspetor técnico de ensino.

Nesse movimento de críticas, que serão invariavelmente acompanhadas de propostas de reformas, Estevão se constituiu em importante interlocutor do governo de Minas Gerais, em matéria de educação. Produzindo diagnósticos e prognósticos, ele pode ser considerado mais do que jornalista e funcionário do Estado, mas também como intelectual, que emprestou seus olhos e ouvidos para que os estadistas republicanos pudessem entrar em contato com a realidade e os problemas do ensino em território mineiro, e, ao mesmo tempo, com as soluções empregadas em outros lugares.

A TRAJETÓRIA

Estevão de Oliveira² nasceu em 28 de janeiro de 1853 na freguesia S. José do Turvo, município de Pirai, província do Rio de Janeiro. De origem modesta, Estevão era filho do professor Cesário José Cardoso de Oliveira e de Joaquina Maria de Oliveira, tendo ficado órfão de mãe aos 9 anos de idade e de pai aos 12. Foi, por isso, criado por seus avós maternos. Casou-se em 1882 e teve seis filhos. Morou em Cataguazes, Campo Limpo (MG) e estabeleceu-se em Juiz de Fora no ano de 1893, onde permaneceu até a sua morte, em 1926.

Sua formação escolar parece ter ocorrido tardiamente. Aos 21 anos, sabendo apenas ler e escrever, completou seu curso primário numa escola particular em Cataguazes, matriculando-se, logo em seguida, no Colégio Luiz do Lago, em Volta Grande, município de Além Paraíba, como aluno de preparatórios, onde estudou por dois anos. Ao lado dessa educação escolar, Estevão se dedicou a estudar sozinho a pedagogia, a língua inglesa e a literatura latina.

Profissionalmente, atuou como professor de ensino primário e secundário, inspetor de ensino, jornalista, literato e tradutor dos clássicos latinos. Iniciou na carreira de professor público de primeiras letras em 1879, na pequena localidade mineira de Empoçado, sendo transferido, em 1884, para Campo Limpo. Foi inspetor do primeiro distrito de Imigração³ e inspetor extraordinário de ensino em fins da década de 1890.

Em 1902, foi encarregado pelo governo do Estado de estudar a organização do ensino primário em São Paulo e Rio de Janeiro, de cuja viagem resultou a publicação de um relatório sob o título de *Reforma do Ensino Primário e Normal em Minas*. Depois disso, exerceu a função de inspetor técnico de ensino até 1909, cargo ao qual ele retornou alguns anos depois e permaneceu até a sua morte. Foi também professor de latim em colégios de Juiz de Fora e fiscal geral dos exames parcelados do Estado.

Sua atuação no jornalismo se iniciou em 1885, quando ainda morava em Cataguazes, onde fundou seu primeiro jornal, intitulado “O Povo” (1885-1889). Fundou e dirigiu também os jornais “O Popular” (Cataguazes, 1889-1893), “Minas Livre” (Juiz de Fora, 1893) e “Correio de Minas” (Juiz de Fora, 1894-1914)⁴, além de ter colaborado em jornais cariocas e mineiros. Defensor da república, da abolição da escravatura e da educação, Estevão de Oliveira trabalhou em torno de 30 anos no jornalismo, tendo feito muitos discípulos nesse meio, além de um grupo privilegiado de interlocutores e amigos.

Estevão recebeu um título de major do Exército⁵ e foi também membro fundador da Academia Mineira de Letras, criada em 1910 – renunciando à “imortalidade” pouco antes de falecer – e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Sua produção literária e técnico-pedagógica foi significativa. Uma de suas primeiras publicações foi um trabalho sobre instrução pública, em 1884, cuja edição, segundo seus biógrafos, teria se esgotado rapidamente⁶. Publicou também *Pela República* (1896), livro de crônicas políticas; *Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas Gerais* (1902), relatório sobre a organização do ensino em São Paulo e Rio de Janeiro e plano de reforma da instrução pública em Minas; *Crônicas e Traduções* (1908), coletânea de crônicas escritas para o jornal “Correio de Minas”, sob o pseudônimo de Neophito e tradução de algumas odes de Horácio Flacco; *Rudimentos de História Pátria* (1909), compêndio para uso nas escolas primárias mineiras; *Notas e Epístolas* (1911), coletânea de cartas políticas por ocasião da Campanha Civilista. Traduziu ainda o *Segundo livro da Eneida* e obras de Cícero, Virgílio, Horácio e Tito Lívio em *Traduções Avulsas* (1924).

O ENGAJAMENTO

Da atuação profissional e da produção de Estevão de Oliveira é flagrante a importância conferida por ele à construção da república e ao melhoramento da educação. República e educação foram, na verdade, duas bandeiras por meio das quais Estevão foi se constituindo socialmente como intelectual, que soube intervir “em todos os grandes problemas que interessaram ao Estado” (CORREIO DE MINAS, 1926, p. 263). Nesse sentido, Estevão pode ser considerado um intelectual engajado.

Marilena Chauí, em seu artigo com o título/pergunta “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”, recupera um intenso debate ocorrido na França, no início dos anos 50 do século XX, para tentar precisar o que seria o engajamento. Ou melhor, ela acaba traçando dois perfis de engajamento nas figuras de Sartre e Merleau-Ponty, a partir das divergências político-filosóficas existentes entre os dois (CHAUÍ, 2006, p. 25-26).

Para Sartre, o intelectual engajado é aquele “escritor de atualidades que opina e intervém em todos os acontecimentos relevantes, à medida que vão se sucedendo uns aos outros. Um estado de vigília permanente.” Ao que responde, Merleau-Ponty, dizendo que este tipo de engajamento

não analisa, não reflete, corre e muda ao sabor dos eventos, de tal modo que se fosse dado ao leitor, um dia, reunir o conjunto de manifestos e pequenos artigos diários ou mensais de um intelectual engajado ou de um comentarista político, perceberia a incoerência, a leviandade, a irresponsabilidade daquele que escreve. (CHAUÍ, 2006, p. 25)

Embora seja sólida a argumentação, ela não leva em consideração um outro ponto: o de que “graças à soberania de consciência sobre o ser, Sartre construiu, em pensamento e em imaginação, um futuro fixo, mantido em segredo, que regula clandestinamente o curso dos acontecimentos.” Por isto, para Sartre, era tão fácil emitir sua opinião sobre qualquer assunto e com qualquer frequência, devida à sua consciência pré-determinada de um bem universal.

Esses dois modelos de engajamento, parecem se adequar a Estevão de Oliveira, assim como a qualquer intelectual que tenha compromisso político. Como nos aponta Chauí

As divergências entre Sartre e Merleau-Ponty nos colocam diante dos impasses e das aporias da autonomia racional. A defesa da autonomia racional por Merleau-Ponty é vista por Sartre como álibi para que uma filosofia impotente aceite um engajamento fraco. A suspensão provisória da autonomia racional por Sartre é vista por Merleau-Ponty como álibi para o uso instrumental do engajamento por uma filosofia onipotente (2006, p. 25).

Nos dois casos, o que perpassa um e outro, é a característica da autonomia e da independência do intelectual. Os dois perseguiram esta mesma característica só que de maneiras distintas: um pelo “distanciamento”, a fim de uma análise mais precisa, e o outro pela idealização de um futuro fixo, privilegiando o caráter de ação.

Análise reflexiva, idealização de um futuro também estavam presentes na atuação de Estevão. No livreto “Juiz de Fora no Século XIX”, publicado pela Typographia. Central em 1901, Heitor Guimarães escreve algumas linhas sobre o colega de imprensa. Falando do jornal “Correio de Minas”, ele nos esclarece:

Foi seu fundador o redator chefe e valente polemista Estevão de Oliveira, que na chefia da redação do “Correio de Minas” se aperfeiçoou como tal e como doutrinador, estudando a fundo as questões que se ocupava. Nesse período nenhum fato político se agitou em Minas que não fosse discutido pelo denodado articulista. Mesmo as questões mais importantes da política federal foram por ele analisadas, com espírito partidário, é certo, mas com calma, com elevação de vistas, sem ódios nem rancores.

Ainda estão vivos na memória de todos que acompanharam essa fase da imprensa mineira os serviços que Estevão de Oliveira prestou à República, ao estado de Minas e ao partido

republicano histórico, a que sempre pertenceu.
(GUIMARÃES, 1901 p.101-102)

Quando Heitor Guimarães diz que Estevão “se aperfeiçoou como tal e como doutrinador, estudando a fundo as questões que se ocupava”, nos lembramos logo de um engajamento mais próximo da concepção de Merleau-Ponty, a de alguém que realmente se aprofunda nos assuntos com “autonomia racional” ao invés de apenas opinar. Por outro lado, ao dizer que no “período nenhum fato político se agitou em Minas que não fosse discutido pelo denodado articulista”, a imagem de engajamento buscada é exatamente a proposta por Sartre, a de alguém que está em “estado de vigília permanente”.

Numa outra frase, o amigo tenta juntar as duas concepções: “foram por ele analisadas, com espírito partidário, é certo, mas com calma, com elevação de vistas, sem ódios nem rancores.” Ou seja, ao mesmo tempo que o aproxima da imagem sugerida por Sartre, a de um “escritor de atualidades”, responde às críticas apontadas por Merleau-Ponty ao dizer que Estevão analisava as questões que desenvolvia em seu jornal.

Mas que questões eram essas? As questões mais importantes e às quais Estevão dedicou a maior parte de seus escritos e de sua atuação político-social foram a abolição da escravidão (ainda no período do Império), a instauração e consolidação da república e a organização e difusão da instrução pública elementar. Mais do que questões sobre as quais ele refletia, essas eram causas que Estevão escolheu apoiar porque não eram causas que se ligavam a uma classe, mas que eram consideradas por ele e pelos seus pares como universais.

O “Correio de Minas”, um pedaço de seu ser, uma outra alma sua, como ele muitas vezes proclamou, foi sempre uma tribuna do povo, dos fracos dos oprimidos, em defesa dos quais dizia todas as verdades, arrostando nobre e desassombradamente com as consequências de suas franquezas. [...]

Uma vez apaixonado por uma nobre causa, a ela se entregava ardentemente de corpo e alma, pró ou contra os dominadores do dia, conforme lhe ditava a consciência de jornalista e de político rebelde.

Então, diante de si não via pessoas, mas idéias a combater e, por isso mesmo, respeitando mais seus ideais do que relações pessoais, rompia muitas vezes com os companheiros de ontem. [...]

Não transigindo jamais com seus princípios de honestidade, bondade e patriotismo, lutou sempre em prol das boas causas e morreu pobre, deixando de si aos pósteros a certeza de uma impretérita fidelidade ao ideal pelo qual sempre se bateu e aos nobres princípios que soube defender com bravura e que eram o primeiro artigo do seu código moral [...]

(BARRETO, 1953, p. 153).

Empregando, pois, a sua pena a serviço da república e da democracia, da liberdade e da educação, Estevão foi um intelectual engajado, analítico e em estado permanente de vigília. Foi, por isso, retratado por seus amigos jornalistas e membros da academia mineira de letras como homem de idéias e ideais, independente, educador social e polemista, que servia à causa pública de maneira intransigente (PAIXÃO, 1896; ROMERO, 1912; GUIMARÃES, 1918; BARRETO, 1926 e 1953). E era essa suposta independência diante dos poderes instituídos e a sua defesa de causas e de valores considerados universais que lhe conferiam autoridade diante de seus pares, condição de possibilidade das múltiplas ressonâncias de seus escritos em Juiz de Fora e em Minas Gerais em fins do século XIX e início do XX.

DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS: OU DE CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES

Nesse papel de intelectual engajado, Estevão de Oliveira produziu uma representação negativa da instrução pública primária em território mineiro. Nos primeiros anos do período republicano, suas denúncias sobre a precariedade das escolas, a ausência de mobília adequada, de materiais didáticos e de métodos de ensino, a falta de preparo do professorado, os baixos salários, o desinteresse de pais e alunos eram frequentes⁷. Resultado do descaso do governo, ou de políticas públicas equivocadas, o ensino em Minas Gerais possuía, segundo ele, uma face “tradicionalmente atra-

sada e rotineira” (OLIVEIRA, 1902, p. 4). Aqui, circunscrição política de grandes proporções, tudo estava “por ser feito no departamento do ensino primário”, porque era “ilógico e descoordenado” o pouco que já havia sido implantando (idem, p. 3).

Entretanto, Estevão não foi apenas um crítico feroz do estado da instrução. Ele foi também um proponente: se apontava o estado lastimável do ensino público, não deixava de apontar soluções. Inquiridor e confrontador, considerado por seus pares como um homem “um homem que sonhava com homens e coisas superiores à realidade dos momentos atormentados”, as suas reflexões críticas não só denunciavam e descreviam os problemas da educação como vinham sempre acompanhadas de propostas para o melhor desenvolvimento e organização do ensino. Não que ele fosse um pacificador ou um criador de consensos e acordos. Longe disso, Estevão direcionava seu senso crítico na recusa de fórmulas fáceis, conciliadoras ou confortáveis, revelando um estado de alerta constante. Nesse movimento, Estevão descobriu uma fórmula que, com variações de palavras, mas não de sentidos, vai perpassar a sua participação nesse debate: uniformização do ensino e formação do professor.

Já no início do período republicano, quando Estevão denunciava nos editoriais do seu jornal “Minas Livre” as mazelas desse ramo da administração pública, essa fórmula aparecia. Condenando as novas políticas no campo da educação, que acabavam por deitar remendo novo em panos velhos, Estevão argumentava que não bastava estabelecer concurso para o provimento de cadeiras, o que aparentemente levaria ao ingresso de pessoal qualificado no magistério, era necessário uniformizar o ensino e preparar o professor:

Os professores, portanto, que forem nomeados em virtude do concurso a que se vai proceder, obedecerão aos velhos processos da condenada pedagogia, não sendo presumível que se apresente pessoal idôneo para a regência de tais cadeiras, visto como em nada melhorou-se a sorte do professorado.

Continuaremos a ver, impassíveis, a ignorância patrocinada pelos poderes públicos empolgar as cadeiras de ensino, quando o simples bom senso administrativo nos está indicando a conveniência de

adiar-se, por algum tempo, o preenchimento de vagas no magistério primário, pelas circunstâncias em que o Congresso colocou o problema.

Além de passar tal serviço à competência das municipalidades, é fácil supor-se que a reforma do ensino cogite dos meios de uniformizar-se o ensino em todo o Estado, bem como dos meios de elevar-se o nível social do professorado. Aos conselhos municipais caberá, certamente, presidir a escolha do professorado, decretando-lhe os vencimentos, bem como criando verbas para o serviço de custeio.

Ora, não podendo ser outra a organização do ensino, não nos parece razoável que se preencham agora algumas dezenas de cadeiras, segundo os moldes antigos, e com professores de duvidosa capacidade, operando-se assim uma divisão perniciososa no sistema do ensino. Seria conveniente antes, espaçar-se por algum tempo a nomeação de professores primários, afim de que a reforma fosse completa, e produzisse os conseqüentes resultados. (MINAS LIVRE, Juiz de Fora, 12 jul. 1891, p.1)

Dois meses depois, o jornalista voltava a bater na mesma tecla, falando da necessidade de “sistematizar preceitos e regras gerais sobre a capacidade profissional dos educadores, sobre as disciplinas e meios para a educação cívica”, bem como sobre a necessidade de se “criar escolas normais de aprendizagem” (MINAS LIVRE, Juiz de Fora, 3 set. 1891, p. 1)

A preocupação com o estabelecimento de um plano uniforme de ensino para o Estado e com a qualificação do professorado, se completava com a preocupação com os métodos de ensino e livros didáticos, com as matérias a serem ensinadas, com a elevação dos vencimentos dos professores e com a edificação de prédios apropriados para o ensino. Questões que demandavam o dispêndio de grandes somas financeiras, mas que ele justificava por ser a difusão do “ensino primário por todas as camadas” matéria de “urgentíssima necessidade” (MINAS LIVRE, Juiz de Fora, 15 out. 1891, p. 1).

Anos mais tarde, como inspetor extraordinário de ensino, cargo para o qual foi nomeado em 1899 (RELATÓRIO da Secretaria do Interior, 1899, p. XXV), Estevão insistiu nesses mesmos pontos, reafirmando esses princípios. Na função de inspetor, ele visitava as escolas e relatava ao secretário do interior o

que via e ouvia, reclamando que o alegado progresso da educação escolar não saía do papel. O que havia era uma “febre criadora de escolas e o seu conseqüente provimento provisório”, sem que antes disso houvesse um esforço em organizar uniformemente o ensino no Estado e propiciar condições de formação para o professorado. Para ele, essa situação de “suposta prosperidade no ensino primário”, medida pelo crescente número de escolas e de professores, acabava por contribuir “para a progressão geométrica do analfabetismo”, não sendo o ensino primário “inteira e convenientemente transformado” (OLIVEIRA, 1900, p. 758).

Todo esse engajamento de Estevão à causa educacional deve ser compreendido à luz de seu compromisso republicano. Era aqui que se situava o ponto de encontro de sua intervenção na educação. Esta, naquele período, era vista por ele, e mais um sem-número de políticos e intelectuais, como um projeto político ou, ainda, parte de um projeto político mais amplo que era o republicano. Ao falar das propostas para educação defendidas por Estevão, é necessário que se diga que seu olhar não era um olhar desinteressado e desencarnado. Na verdade, ele era perpassado pela crença da importância da educação na transformação da sociedade em direção ao progresso e à civilização, daí as propostas de organização do ensino primário que ele apresentou.

Nas páginas de seu livro “Pela Republica” (1896), no qual Estevão reúne artigos que escreveu como resposta aos monarquistas que criticavam o regime recém instalado, a república aparece sempre relacionada à liberdade, sendo apresentada como sinônimo de “governo de opinião”, “regime democrático”, lugar de “povo livre e soberano”. Assim, para que a implantação do “novo regime” (que era, ainda, mais crença que realidade) fosse feita com sucesso, uma das condições necessárias era a adesão e a participação do povo. Essa questão aparecia com frequência nas páginas de seu jornal, como no editorial do “Minas Livre”, em 1891, onde Estevão criticava a imprensa ouro-pretana que não repassava proficuamente os despachos do governo para as demais localidades:

E assim passam em julgado, sem o menor exame, até com aparente aquiescência da imprensa, fatos

administrativos da maior relevância, e que entendem diretamente com problemas sociais sumamente importantes.

Um simples despacho do Sr. Presidente do estado, entretanto, ou qualquer resolução sua, prontamente divulgado, quando dúvidas se suscitem na administração dos municípios, ou ao surgir de um conflito que se deva logo dominar, pode trazer-nos inestimável auxílio na apreciação dos públicos negócios, neste regime que se diz de absoluta publicidade.

Sem esse exame, feito com critério e oportunidade, nenhuma opinião pode-se formar na massa dos dirigidos, de modo a rodear-se o governo, mercedamente, do apoio popular necessário à sua existência e fortaleza, ou a alienar a simpatia pública, quando se houver afastado da melhor orientação governamental.

Sem “apreciação dos negócios públicos”, num regime de “absoluta publicidade”, sem uma opinião formada, não se concretizaria, para Estevão, a verdadeira soberania popular, característica primordial da república.

Além disso, o “doutrinação de princípios” era também condição de consolidação do regime, uma vez que “não há regime que resista às seduções de fórmulas opostas” (OLIVEIRA, 1896, p. 65). Aqui, apesar de defender a “nossa índole democrática” e o regime federativo como “o antídoto mais eficaz para preservar as sociedades políticas da agitação corrosiva” (p. 15), Estevão também argumentava que, o Brasil vinha de 60 anos de um regime imperial de falsa representação, daí ser necessário um

doutrinação paciente e constante, até que a educação para a boa compreensão do regime venha corrigir tais vícios e nos torne aptos para o manejo de uma forma de governo que, lealmente executada, representa a maior conquista liberal e democrática no estado da civilização atual (OLIVEIRA, 1896, p. 61)

A educação seria o instrumento capaz de retirar o povo do caos para a “existência política” (OLIVEIRA, 1900, p. 756), papel que deveria ser desempenhado pela imprensa e pela escola: a imprensa permitiria a cir-

culação de fatos relacionados aos negócios públicos e a escola ensinaria às crianças “a compreensão exata dos seus futuros deveres na sociedade e perante o Estado” (OLIVEIRA, 1902, p. 4), num processo, ao mesmo tempo, de integração e de homogeneização social.

Provavelmente, em função dessa estreita ligação entre educação do povo e regime republicano e das suas críticas ácidas, mas bem fundamentadas e acompanhadas de reflexões propositivas, Estevão de Oliveira foi comissionado pelo governo do Estado de Minas Gerais, no primeiro semestre de 1902, para visitar as escolas paulistas e cariocas a fim de delinear um plano de reforma para o ensino público primário e normal mineiro:

Com o intuito de reunir as necessárias informações que habilitem o legislador mineiro a introduzir melhoramentos na organização do ensino público neste Estado, o governo comissionou em 6 de fevereiro do ano próximo passado o Sr. Major Estevão de Oliveira para estudar a organização do ensino nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, apresentando minucioso relatório em que compendiasse as observações feitas e as idéias por elas despertadas (RELATÓRIO da Secretaria do Interior, 1903, p. 92).

Na viagem que ele empreendeu para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Estevão de Oliveira observou de perto os modelos escolares e os métodos pedagógicos ali adotados, refletindo, por comparação, sobre o estado de instrução em Minas. Esse fato contribuiu para que a atuação de Estevão de Oliveira como intelectual da educação ganhasse contornos mais nítidos e definidos, resultando na elaboração de um plano de reforma para auxiliar o Estado na tarefa de modernizar e tornar mais eficiente o ensino nas escolas mineiras. Nesse movimento, de observação, reflexão e comparação, Estevão agiu, mais uma vez, como intelectual engajado, produzindo diagnósticos (análise precisa) e prognósticos (idealização do futuro) que possibilitassem uma intervenção eficaz no ensino público.

Por isso, a partir dessa viagem, Estevão participou de forma intensa e significativa da conformação do campo educacional mineiro – em especial do ensino público primário e normal. Em São Paulo e Rio de

Janeiro ele pode entrar em contato e se apropriar dos modernos modelos culturais e pedagógicos, se fazendo por isso personagem-chave nesse mundo escolar que definia o seu lugar próprio⁸. Se o seu papel já era importante no campo educacional mineiro, dada a sua tarefa de diagnosticar os problemas da instrução, com a sua viagem esse papel ganhou novos contornos. Foi a partir de suas observações, comparações e reflexões do que viu em São Paulo e no Rio de Janeiro que ele escreveu seu relatório - *Reforma do Ensino Público Primário e Normal de Minas* - propondo a reforma do ensino elementar e contribuindo de maneira decisiva para as representações sobre a modernidade escolar do período.

A viagem de Estevão se completou, assim, com a produção desse relatório, onde transcreveu para o papel o que pode ver e experimentar nos estados visitados. Reflexão transformada em escrita, em que o olho é ordenado pela mão, o relatório era o momento de Estevão prestar contas ao governo de sua viagem comissionada, ao mesmo tempo em que era o momento de compartilhar com seus contemporâneos percepções, opiniões e conhecimentos sobre um outro. Certamente que não se tratava de uma mera descrição da viagem e do que ele viu lá, mas sim de uma “atitude reflexiva transposta para o papel” (PIMENTEL, 1998, p. 12). Por isso, o relatório era mais do que um compêndio das observações feitas, apresentando, logo no início, “as idéias por elas despertadas”.

Nas idéias despertadas e transformadas em relato, o visto se articulava ao já sabido por Estevão, que, ao propor os caminhos para a regeneração do ensino mineiro, repetia, de forma mais acabada e elaborada, a sua antiga fórmula:

Quem diz “resolver o problema do ensino primário”, ou antes, e muito mais propriamente, aliás, quem diz “lançar os fundamentos de racional organização”, para seu ulterior desenvolvimento coordenado, implica necessariamente, como idéias primárias concebidas à priori:

a) Fundação da escola

b) Formação do professorado

[...] fundação da escola significa: criar institutos de ensino primário, em que tudo seja previsto, desde higiene até as menores regras em particularidades

pedagógicas; [...] formação do professorado quer dizer: preparar pessoal técnico competente para execução de um plano logicamente traçado de antemão [...] (OLIVEIRA, 1902, p. 3, 4).

Com base nesses princípios, o inspetor comissionado defendeu em seu relatório a remodelação do ensino normal e adoção dos grupos escolares, estabelecimento que o havia impressionado em São Paulo e que era descrito por ele como sinônimo de organização moderna e eficiente do ensino. Para Estevão, o grupo escolar, que ele preferia chamar de escolas coletivas ou institutos coletivos de ensino⁹, era condição de efetiva realização daquilo que ele vinha insistindo desde os primeiros anos da república: a uniformização do ensino. Assim, Estevão produziu as escolas isoladas como “símbolo da passado e da miséria”, ao mesmo tempo em que defendeu o grupo escolar como “instrumento do progresso e da mudança” (FARRIA FILHO, 2000, p. 31). Afirmando ser o grupo escolar a instituição que haveria de “reerguer o nosso ensino primário do estado de miséria a que se chegou”, para ele, a substituição da escola singular pela escola coletiva, seria “o mais aperfeiçoado instrumento para o ensino integral” (OLIVEIRA, 1902, P. 289).

Seu plano de reforma foi amplamente comentado na imprensa mineira, tendo sido transcrito no jornal Minas Gerais, antes mesmo de ser publicado em 1902 (RELATÓRIO da Secretaria do Interior, 1903, p. 92). Além disso, se tornou a base da proposta de reforma do ensino no governo de Francisco Salles, em 1903, e da reforma João Pinheiro, em 1906, na qual a instituição dos grupos foi adotada como a forma escolar no Estado de Minas Gerais¹⁰.

Comentando essa reforma, Estevão teceu elogios a João Pinheiro por sua “decisiva coragem e providencial clarividência de estadista” ao enfrentar o problema do ensino primário e normal, questão de fundamental importância para a república, uma vez que “o elemento popular analfabeto não é argamassa social, nem se valoriza para a conquista definitiva da liberdade, fundada na independência, no trabalho produtivo e na instrução elementar” (OLIVEIRA, 1911, p. XLIV). Estevão não deixou de lembrar também

que ali, na reforma implementada por João Pinheiro, em 1906, estavam seus dois fundamentos: “constituição da escola e formação do professor:

Remodelou-se a escola; transformou-se o professor. Não somente corria a infância ao instituto em busca de silabação; lá encontrava igualmente a parte educativa do ensino. João Pinheiro estava empenhado na resolução de um grave problema: o de lançar, pela escola, sólidos alicerces que refundissem a constituição social mineira futura (OLIVEIRA, 1911, p. XLV).

Abstract: This article is about the professional life of Estevão de Oliveira (1853-1926) – writer, journalist, teacher and technical teaching supervisor in Minas Gerais – highlighting his action and his ideas in the early 20th century educational field. Our aim is to show and to understand the place of education in his Republican projects, as well the influence of his proposals for the elementary and normal schools for the State of Minas Gerais.

Keywords: intellectual, republic, education, teaching reform

Résumé: Cet article traite de la trajectoire de Estevão de Oliveira (1853-1926) - auteur, enseignant, inspecteur technique d'enseignement et journaliste dans Minas Gerais, cherchant placer dans relief sa performance et leurs idées dans le champ scolaire dans les premières années du siècle XX. Notre objectif est expliciter et comprendre la place de l'éducation dans les projets de république de cet intellectuel, ainsi que l'importance de leurs propositions pour l'instruction primaire et normale pour l'État de Minas Gerais.

Mots clé: intellectuels, république, éducation, réforme enseignement

NOTAS

1 Essas reformas ocorreram em 1892, no governo Afonso Pena; em 1899, no governo de Silviano Brandão e em 1906, com João Pinheiro. Sobre esse assunto ver: GONÇALVES, 2006.

2 As informações biográficas aqui apresentadas foram baseadas principalmente nos trabalhos de Abílio Bareto (1926 e 1953)

sobre Estevão de Oliveira e em algumas notas de caráter biográfico escrita por jornalistas, como prefácio de seus livros ou publicadas em jornais por ocasião de sua eleição para a Academia Mineira de Letras e por ocasião de sua morte.

3 Essa inspetoria foi criada no final da década de 1890 e teve curta duração.

4 Em 1914, o jornal Correio de Minas passa a ser dirigido pelos filhos de Estevão de Oliveira.

5 Não encontramos as razões da patente, nem mesmo quando ela lhe teria sido conferida.

6 Esse é o único trabalho de Estevão de Oliveira que, até o momento, não conseguimos localizar.

7 Sobre a representação negativa da instrução pública no início da república ver: FARIA FILHO, 2000; VEIGA, 1999.

8 Sobre essa questão da produção de um próprio ver Michel de Certeau (1994, p. 201-203).

9 Para Estevão de Oliveira, a denominação grupo escolar era imprópria, uma vez que não se tratava, como essa denominação poderia deixar transparecer, de um mero agrupamento do que antes estava disperso, mas sim da substituição de um modelo de escolar por outro (OLIVEIRA, 1902). Sobre essa questão ver também Luciano Faria Filho (2000, p. 32, 33).

10 Sobre essa questão ver: GONÇALVES, 2006, p. 54-59 e FARIA FILHO, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Abílio. “Centenário de Estevão de Oliveira”. In: *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, vol. XIX, 1953, pp. 148-161.

BARRETO, Abílio. “Estevão de Oliveira”. In: *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, vol. IV, 1926, pp. 257-280.

CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena. “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”. In: NOVAES, Adauto (org.) *O Silêncio dos intelectuais*. S.P.: cia das Letras, 2006, pp. 19-43.

COELHO, Marcelo. “Engajamento e traição”. In: NOVAES, Adauto (org.) *O Silêncio dos intelectuais*. S.P.: cia das Letras, 2006, pp. 85-115.

CORREIO DE MINAS, Juiz de Fora, agosto de 1926.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na primeira república*. Passo Fundo: UPF, 2000a.

GONÇALVES, Irlen A. *Cultura Escolar. Práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

GUIMARÃES, Heitor. *Juiz de Fora no Século XIX*. Juiz de Fora: Typographia. Central, 1901.

GUIMARÃES, Heitor. “Proêmio”. In: OLIVEIRA, E. *Crônicas e traduções*. Tipografia Brasiliense: Juiz de Fora, 1918, pp. V-X.

JORNAL DO COMÉRCIO, Juiz de Fora, 1902

MINAS LIVRE, Juiz de Fora, 1891

NÓBREGA, Dormevilly. “A Renúncia de Estevão”. *Juiz de Fora Hoje*, Juiz de Fora, 27 de setembro de 1991.

O DIA, Juiz de Fora, 12 agosto de 1926.

O PHAROL, Juiz de Fora, 13 de maio de 1910.

OLIVEIRA, Estevão. *Notas e Epístolas*. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1911.

OLIVEIRA, Estevão. *Pela República*. Juiz de Fora, 1896.

OLIVEIRA, Estevão. *Reforma do Ensino Público Primário e Normal de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

OLIVEIRA, Estevão. “Relatório apresentado ao exmo sr. Dr. Secretário do Interior”, in: *Relatório da Secretaria do Interior de Minas Gerais*, 1901, pp. 756-766.

PAIXÃO, José. Estevão de Oliveira – perfil biográfico. In: OLIVEIRA, Estevão de. *Pela República*. Juiz de Fora [s.n.], 1896, pp. 5-10.

PIMENTAL, Thaís Veloso C. *De Viagens e de Narrativas. Viajantes Brasileiros no Além-Mar (1913-1957)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

RELATÓRIO da Secretaria do Interior de Minas Gerais, 1899-1904

ROMERO, Sílvio. “Um polemista mineiro”, *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 7 a 21 de junho de 1912.

REPÚBLICA E EDUCAÇÃO EM ESTEVÃO DE OLIVEIRA
CARLA SIMONE CHMON E MATEUS CRUZ E ZICA

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. "Estratégias Discursivas para a Educação em Minas Gerais no Século XIX". " In: VIDAL, Diana G. e SOUZA, Maria Cecília C. C. (org.) *A Memória e a Sombra. A Escola Brasileira Entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.